**A lei 18/2018 de 28 de Dezembro: A Forma Inferior de Fazer Filosofia em Moçambique**

Celebramos no dia 16 de Novembro deste ano de 2023, mais um dia em que, a Filosofia recorda os esforços que UNESCO desencadeou em gesto de reconhecimento da pertinência da Filosofia enquanto um grande monumento da Humanidade.Nós, os autores deste ensaio, vemo-nos intimados a manifestar a nossa visão em torna deste monumento e como acreditamos que, Filosofia é solidariedade, aceitamos a intimação, daí que, a melhor forma de fazer isso, é refletindo nas linhas que se seguem, sobre o futuro da Filosofia em Moçambique, um futuro antecipado por um presente marcado por uma altercação sarcástica do nosso Sistema Nacional de Educação, pela aprovação pelo Executivo do dia, da **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro,** uma lei que de forma palpável, fornica a disciplina de **Introdução** **à** **Filosofia** no rolo curricular. Seria justamente nula e sem bases sólidas nossa reflexão se não nos socorrêssemos numa alavanca como àquela de Arquimedes, facto que, consumamos na Lei 18/2018 de 28 de Dezembro como o centro gravitacional das nossas divagações. A nossa questão de partida é: **O que a Filosofia tem a dizer sobre a Lei 18/2018 de 28 de Dezembro num dia em que, o mundo celebrou Filosofia?**

Nada. Nada mesmo? E, este ensaio, não é mais o corolário daquilo que a Filosofia diz em surdina sobre a **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro?** Não sabemos. Não seriam os colóquios da *UniRovuma* propostos em celebração do dia Mundial da Filosofia, a reflectir sobre a **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro** e não em temas propostos por lá? Os filósofos não entendem as leis. E, se calhar, nem sabem que existe a chamada **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro.** Não lêem a **Constituição da República** muito menos os demais regulamentos que dela derivam. **O espírito das Leis** de Montesquieu foi vaiado e acima de tudo apupado. Por isso, gozam os políticos na cara da Filosofia. E, a **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro é aprova dessa ejaculação precoce.** Mas que humanos! É lamentável, mas muito intrigante que, os filósofos, aliás, os professores de Filosofia deste país ignorem esta forma inferior de fazer filosofia em Moçambique traduzida na **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro** e se concentrem em temas banais, e não façam nada perante esta lei descabida. Fazer algo para os filósofos não é pegar nas armas e envolver-se numa guerra sangrenta, senão, desmascarar a teleologia escondida na causa eficiente que esteve por detrás da aprovação dessa lei, por exemplo. Uma lei que reduz o punho filosófico no rolo curricular justamente num país sensível à violência. Quem mais conseguiu apupar a violência neste país senão o *Resistir a Abadon* de Ngoenha? Quem mais?

Senhores professores de Filosofia! Não sejais hipócritas. Pois, se em Gilles Deleuze, é a tarefa da Filosofia criar conceitos, ou se em Foucault, o papel da Filosofia é resumir o seu tempo em um só acontecimento, para nós, é a tarefa da Filosofia resumir os vastos problemas que enfrentamos em um só evento. E, esse evento chamamos de Lei 18/2018 de 28 de Dezembro. Daí que, pensámos que, o grande tema que deve ser discutido hoje e porque dele derivarão gravíssimos problemas amanhã é esta **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro.** Esta lei, como os lógicos dizem por ai, vem limitar a extensão da actuação da disciplina de **Introdução à Filosofia** e estender a sua compreensão no rolo do currículo nacional. É a mesma lei inversa que rege a relação entre a extensão e compreensão de conceitos. Aproveitaram-se dessa clássica lei que rege que, quanto maior for a extensão de um conceito, menor será sua compreensão, baseada na ideia de que, quanto maior for a extensão do conceito, menor será a sua compreensão para fornicar a Filosofia. Aqui, nega-se a Filosofia usando os próprios recursos filosóficos. Que ironia! E, vós, professores de Filosofia que fazeis? Nada. Lamentamos, de coração. Vamos esclarecer o porquê da **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro** ser preocupação para nós. Acompanhe-nos.

A lei 18/2018 de 28 de Dezembro determina que, a partir do ano de 2026, em Moçambique, a disciplina de **Introdução à Filosofia** será ensinada apenas no Grupo A, isto é, o grupo de Ciências Sociais e Comunicação e, em dois tempos porém começando10ª classe. (A única vantagem desta lei para a Filosofia). Com isso, significa que, a **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro** do sistema Nacional de Educação, que entrou em vigor ainda em Fevereiro de 2023 para os alunos que frequentam a 7ª classe, que substitui a antiga lei de 1992 em vigor até então para os alunos que este ano de 2023 frequentam a 8ª classe nas escolas do país, reduziu a carga horária da **Introdução à Filosofia** de três tempos por semana para dois tempos. Senhores oradores dos colóquios da Universidade Rovuma, conseguem imaginar como será ensinar Filosofia Política aos alunos da 12ª classeem 2028 em 45 minutos? Obviamente que irão reduzir a pertinência dos conteúdos qualquerizando de grosso modo, o aroma da Filosofia. Isso não vos interessa? Quê pena! A mesma lei porque parte do pressuposto de que, uma vez que, os alunos do Grupo B, isto é, o grupo de Ciências Naturais e Matemática, são cientistas em potência por escolher Biologia, Química, Física, não devem estudar Filosofia expulsou esta disciplina da vanguarda da liberdade não passa de Letras. Só um negro pode pensar assim! A ignorância do punhado proponente da **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro,** revela que nunca leu a *Ciência com Consciência* do centenário francês Edgar Moris! E, para nos pôr areia nos olhos, o punhado proponente da **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro** estendeu a Filosofia para a 10ª Classe. Convenhamos: quem disse que, o país (Moçambique) está *em apuros* pelo facto de a Filosofia não se estender aos alunos da 10ª classe? Não estamos contra com isso, até porque será tão valioso para tais alunos, pois estarão em condições atiçadas para o pensar coerente. Mas que não reduzam a carga horária de **Introdução à Filosofia** a esses alunos, pois a Filosofia não é uma saber qualquer. Ela é uma prática de pensamento que surgir a 25 mil anos atrás. O que é a **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro** para sacrificar este grande património da UNESCO que é a Filosofia? Claro que, a Filosofia tem sua responsabilidade por se encontrar o país em devaneio. Mas é uma responsabilidade partilhada. Tem responsabilidade nisso porque os problemas que o país enfrenta hoje são inerentes à Filosofia. Como lembra Ngoenha da *Emergência do Filosofar* de Chambisse, pelo facto de, as questões que Moçambique da 1ª República enfrentava serem essencialmente filosóficas, e como desde Sócrates, o espírito filosófico é solidário, foi intimada a Filosofia a fazer parte do rolo curricular e ela aceitou. Aceitou porque no período embrionário da 1ª República, Moçambique enfrentava problemas *ético-morais*, *políticos* e *epistemológicos*. A Filosofia estava consciente que não existe no mundo quem conhece profundamente essas questões senão ela, e o país não teria onde buscar as soluções para essas questões senão recorrendo a Filosofia - **o tronco cartesiano por onde brotam todas ciências afins!** A Filosofia assumiu o compromisso de incutir nos alunos não só, os valores morais (moralidade) que no tempo colonial foram perdidos com a guerra, como também os porquês (ética filosófica) dos alunos assumirem tais valores como sua extensão. O pressuposto foi o mesmo que levou Sócrates a morte, baseado na ideia de que, a cidade é a continuidade do corpo humano. Daí, os seus valores serem aceite por todos por visar o bem-comum. A Filosofia também empenhou-se em clarificar não só, os conceitos inerentes à política, como: o bem-comum, justiça, harmonia, equilíbrio social, paz, unidade nacional, patriotismo e outros, como também, suprir o *deficit epistemológico nos alunos,* dado que, os alunos transitavam da 10ª classe para 11ª classe com uma mentalidade transcendental desactivada. E, como igualar a consciência desses alunos com mentalidade transcendental inactiva com a dos alunos educados com base nos pressupostos da modernidade se não for por meio da Filosofia? Se, quando o executivo da 1ª República de Moçambique chamou a Filosofia para fazer parte do currículo nacional tinha seus propósitos, então, quais são os propósitos que levam o executivo actual a confinar a Filosofia apenas no *Grupo A* no rolo curricular? Como vamos insistir sempre, a **Lei 18/2018 de 28 de Dezembro** é uma tentativa de silenciar a acção solidária e humanitária que a Filosofia vem realizando em África e em Moçambique em particular. Acção esta baseada na ideia de formação de mentes criativas com vista a consolidação da democracia em Moçambique. E, se o legislador moçambicano fosse apenas dependente do nosso executivo, e este último não atrelado à Organização das Nações Unidas cuja filha, UNESCO é quem luta para que se preserva mesmo contra a vontade dos governantes africanos este grande monumento humanitário (Filosofia) não só no ocidente *OTANizado* como também na África da mentalidade pré-lógica de Lévy Brhul, faz tempo que, a Filosofia não a teríamos nas Escolas moçambicanas. Contudo, os nossos professores de Filosofia não conseguem entender isso, e se entendem, preferem manter-se impávidos porque o quem mais pesa neles é o estômago, como se o corpo humano se reduzisse à simples estômago. Portanto, como garantimos à priori (terminologia kantiana), a lei em dialéctica não tem outra teleologia (*telos* do grego, fim) senão massificar o ensino como a sociedade capitalista avançada (Herbert Marcuse) fez com a indústria cultural aquela denunciada pelos *frankifurtianos*. A ideia é continuar a formar homens-robôs, alunos quadrados, bananas, acéfalos disfuncionais, discompromissados pelas causas humanas e sem uma visão holística do mundo. Portanto, o emissor deste propósito é um punhado de *personna* que se acha de refinada, quando no fundo, não passa da pior estirpe que a seleção natural de Darwin devia ter eliminadao. Maldita nunca deixará de ser a arca de Não-é que albergou essa estirpe! Uma estirpe, que para lograr seus intentos, atrela-se à ideia de que, a SADC de que, somos signatários na área de Educação, quer que a Filosofia seja afastada nos currículos nacionais. O que não passa de uma treta, pois nem mesmo o volumoso Relatório da UNESCO intitulado: A EDUCAÇÃO: Um tesouro a descobrir, produzido no início deste século XXI, recomenda que se limite o raio de atuação da Filosofia. Pelo contrário, nele celebra-se FILOSOFIA. Eis o porquê da existência de uma data só para Filosofia. Filosofia é solidariedade! E, seria insensatez da nossa parte refletirmos sobre temas banais justamente num dia em que os humanos celebram a Filosofia, o maior património da Humanidade.

No fundo para um povo tonto e pronto!

ensaio de **Ramos António Amine, Fabião Moisés e Idalácio Mureteto.**